



Ministério da Educação

ATA DE REUNIÃO

ATA de reunião realizada em 6 de agosto de dois mil e vinte e um, às 10h, por meio do aplicativo Microsoft Teams, com a presença dos membros citados abaixo:

- **MEC:** Dilermando José da Silva, Diretor de Programa da Secretaria-Executiva; Renata Costa Cabral, Coordenadora de Programa da Secretaria-Executiva; Borba David Coimbra, Gerente de Programa da Secretaria-Executiva, substituto; Rodrigo Formiga, Assessor Especial do Gabinete do Ministro; Janaína Péres Pena, Chefe da Assessoria de Comunicação Social; Juliana Demonte Moreira, Gerente de Projeto da SEB; Kedson Raul de Souza Lima, Diretor de Desenvolvimento da Rede Federal da Educação Profissional, Científica e Tecnológica – DDR;
- **FNDE:** Valdoir Pedro Wathier, Chefe de Gabinete, substituto;
- **INEP:** Michele Cristina Silva Melo, Diretora de Estudos Educacionais;
- **CAPES:** Luiz Alberto Rocha de Lira, Coordenador-Geral de Programas e Cursos em Ensino a Distância;
- **CNE:** Suely Melo de Castro Menezes, Presidente da Câmara de Educação Básica;
- **UNDIME:** Vivian Ka, Secretária Executiva;
- **ANDIFES:** Gustavo Henrique de Sousa, Secretário Executivo; Marcus Vinicius David, Diretor Executivo;
- **CONSED:** Bruno Eduardo Nascimento Costa, Assessor de Comunicação; Getúlio Marques, Secretário de Educação do Estado do Rio Grande do Norte;
- **CONIF:** Luciana Massukado, Conselheira, e Jerônimo Rodrigues da Silva, Conselheiro.

Reuniram-se os participantes para tratar de assuntos relacionados ao Comitê Operativo de Emergência (COE) do Ministério da Educação, sob a coordenação do senhor Dilermando José da Silva, Diretor de Programa da Secretaria-Executiva. Os trabalhos foram iniciados pelo Diretor Dilermando, que deu início à reunião, atualizando os participantes sobre alguns pontos abordados na última reunião do COE, realizado em 23 de julho de 2021. A esse respeito, destacou que foi publicada nesta semana a portaria conjunta entre o Ministério da Educação e o Ministério da Saúde, que prevê diretrizes para o retorno às aulas presenciais nas escolas públicas durante a pandemia do novo coronavírus. Do mesmo modo, houve também a homologação do Parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE) que trata de diretrizes nacionais orientadoras para a implementação de medidas no retorno à presencialidade das atividades de ensino e aprendizagem e para a regularização do

calendário escolar a serem adotados pelos sistemas de ensino, instituições e redes escolares públicas, particulares, comunitárias e confessionais. Além disso, destacou que o desbloqueio de recursos do orçamento do MEC para 2021 ocorreu em sua totalidade. Entretanto, informou que houve um corte orçamentário de aproximadamente R\$ 33 milhões desses recursos, destacando que o MEC priorizou a manutenção dos recursos voltados às Universidades e Institutos Federais, de forma que os cortes não afetassem as IFES. Na sequência, o Diretor Dilermando comunicou que foram iniciados, em 05 de agosto do corrente ano, os ciclos de debates “Impactos da Pandemia na Educação”. Os eventos têm como objetivo debater as principais questões relacionadas aos efeitos da pandemia na educação, possibilitando a troca de experiências entre os diversos atores que permitem a adoção de medidas articuladas para encontrar respostas e propor soluções aos danos acarretados pela Covid-19. Os encontros são semanais e transmitidos pelo canal do MEC no YouTube. Feitos tais esclarecimentos, o Diretor Dilermando confirmou a presença de todos os integrantes. Em continuidade, o Diretor passou a palavra à senhora Luciana Massukado, do CONIF, que informou que na última terça-feira ocorreu a reunião do plenário, onde foi aprovado o texto que apresenta reflexões e orientações gerais para o retorno gradual às atividades presenciais, de forma que as instituições construam seus planejamentos visando uma retomada com segurança. Além disso, informou que, no âmbito das instituições da rede federal, algumas resoluções estão sendo elaboradas pelos Conselhos Superiores. Destacou, ainda, que a expectativa do CONIF é de que o orçamento seja suficiente para honrar e cumprir com o retorno gradual e seguro das aulas presenciais. Concernente à ANDIFES, o atual Presidente, senhor Marcus Vinicius David, registrou que pretende solicitar ao então Presidente da ANDIFES, senhor Edward Madureira Brasil, que continue representando aquela Associação nas reuniões do COE, tendo em vista o acúmulo de experiência adquirido desde a constituição do Comitê. Destacou, ainda, que todas as Instituições Federais de Ensino Superior estão imbuídas da responsabilidade de organizar seus processos de retorno às aulas presenciais. Em tempo, o senhor Marcus Vinicius saudou a Secretaria-Executiva do MEC pelo trabalho conjunto realizado para garantir o desbloqueio orçamentário, com o intuito de assegurar o funcionamento das Universidades. Contudo, reforçou a necessidade da recomposição orçamentária, em função de sua importância para viabilizar o retorno presencial para o conjunto das Universidades e dos Institutos Federais. Por fim, parabenizou a iniciativa do Ministério da Educação na organização do Comitê Operativo de Emergência (COE) nesse cenário de pandemia, em meio a tantos desafios enfrentados, tanto na educação superior quanto na educação básica, destacando a importância dessa ação coordenada para enfrentamento da situação. Em complemento à fala do senhor Marcus Vinicius, o senhor Edward Madureira enfatizou que as Universidades estão mobilizadas para o retorno, de forma gradual e responsável, destacando que o retorno terá um grande impacto no orçamento, o qual, desde o ano pregresso, já era insuficiente nas condições da pandemia, corroborando com a fala do atual Presidente. Sobre a recomposição orçamentária, o Diretor Dilermando informou que a Secretaria-Executiva continua trabalhando de forma intensa na articulação deste MEC junto ao Ministério da Economia, na tentativa de recomposição do orçamento das Universidades e Institutos Federais. Passada a palavra para a representante da UNDIME, a senhora Vivian Ka informou que, no âmbito daquela associação, será

divulgada a homologação do Parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE), que trata das medidas de retorno às aulas presenciais, com vistas à mobilização de conteúdo junto às seccionais e aos municípios. Aproveitando o ensejo, o Diretor Dilermando solicitou o apoio da Undime no sentido de promover a interlocução e articulação junto às prefeituras com pendências de atualização cadastral no sistema interno do Fundo Nacional de Desenvolvimento de Educação e no Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle (SIMEC). Como representante do CONSED, o senhor Getúlio Marques informou que as Secretarias Estaduais de Educação, por meio de seus Secretários, já fizeram seus planejamentos para retorno às aulas, de acordo com a especificidades de cada região e estados. Dessa forma, destacou que a maioria dos estados brasileiros está retornando às aulas presenciais no mês de agosto, com exceção do estado da Paraíba, que retornará no início do mês de setembro, em função de condições locais. Além disso, destacou a relevância dos programas de assistência aos alunos da educação, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE). Contudo, ressaltou que os valores repassados aos estados, municípios e escolas federais para atender a cada aluno de toda a educação básica, ainda são insuficientes. Por fim, o senhor Getúlio Marques, solicitou uma orientação do MEC acerca dos prazos estabelecidos para a aplicação dos recursos, conforme a proposta de Medida Provisória nº 1.060, de 4 de agosto de 2021, que dispõe sobre a garantia de acesso à internet a alunos e a professores da educação básica pública e prevê a transferência, aos estados e ao Distrito Federal, de R\$ 3,5 bilhões, para aplicação em ações destinadas a esse fim, em virtude da calamidade pública decorrente da Covid-19. Sobre o normativo legal mencionado pelo representante do CONSED, o senhor Borba David Coimbra, Gerente de Programa da Secretaria-Executiva, informou que a Secretaria de Educação Básica (SEB), juntamente com a Diretoria de Programa 3, estão trabalhando no aperfeiçoamento da proposta de regulamentação da Lei nº 14.172, de 10 de junho de 2021, que dispõe sobre a garantia de acesso à internet, com fins educacionais, a alunos e a professores da educação básica pública", alterada pela Medida Provisória nº 1.060, de 2021, com vistas a orientar os estados e municípios na execução dos recursos necessários ao acesso à internet aos alunos e professores, a qual deverá ser efetivamente publicada nos próximos dias. Ato contínuo, a senhora Suely Melo de Castro Menezes, Presidente da Câmara de Educação Básica do CNE, com a palavra, após saudar a todos os participantes, informou acerca da homologação dos Pareceres CNE/CP nº 16/2020 e nº 6/2021, do Conselho Nacional de Educação (CNE) que tratam, respectivamente, de orientações educacionais para a realização de aulas e atividades pedagógicas presenciais e não presenciais no contexto da pandemia, bem como de diretrizes nacionais orientadoras para a implementação de medidas no retorno à presencialidade das atividades de ensino e aprendizagem e para a regularização do calendário escolar, a serem adotadas pelos sistemas de ensino, instituições e redes escolares públicas, particulares, comunitárias e confessionais. Nesse sentido, solicitou o apoio do CONSED, UNDIME, CONIF, e ANDIFES na divulgação, a todas as Instituições, da Resolução CNE/CP Nº 2, de 05 de agosto de 2021, a qual abrange todos os níveis e modalidades de ensino. A senhora Juliana Demonte Moreira elencou sobre as principais ações da Secretaria de Educação Básica quanto ao empenho ao retorno das aulas presenciais, destacando a Portaria Interministerial nº 5, de 4 de agosto de 2021, assinada pelos Ministros de Estado da Educação e da Saúde, que objetiva divulgar

diretrizes para o retorno à presencialidade das atividades de ensino e aprendizagem; o Parecer nº 6/2021, do Conselho Nacional de Educação (CNE) e o Ciclo de Debates “Impactos da Pandemia na Educação”, transmitido pelo canal do MEC no YouTube, onde são debatidas as principais questões relacionadas aos efeitos da pandemia na educação. Além disso, destacou a publicação da Portaria nº 82, de 4 de agosto de 2021, a qual define critérios do Programa de Inovação Educação Conectada (PIEC) para repasse de recursos financeiros às escolas públicas de educação básica, no ano de 2021. Em continuidade, passada a palavra ao representante da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, o senhor Kedson Lima destacou, como principal ponto frente à pandemia, o projeto “Alunos Conectados do MEC”, que trata da concessão de internet gratuita a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica matriculados em instituições de ensino superior da rede federal, por meio da disponibilização de chips e pacotes de dados, visando minimizar o impacto da pandemia na educação profissional e tecnológica, em parceria com a organização social Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP). Destacou que o projeto está na fase de supervisão e de prestação de contas quanto ao uso dos chips. Quanto à plataforma Google, o senhor Kedson Lima afirmou que Ministério da Educação tem trabalhado com duas ferramentas, uma da Microsoft e outra do Google. Informou, ademais, a existência de tratativas internas do MEC para que seja disponibilizada a ferramentas para compra. Encerrada a explanação da SETEC, passou-se a palavra ao representante do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), senhor Valdoir Pedro que, a respeito da ata de registro de preços relativa à aquisição de ônibus, mencionada pelo representante do CONSED, comunicou sobre a existência de algumas intercorrências que levaram à interrupção do documento por algum período, destacando que a área técnica já está com o processo em curso, em fase de avaliação de qualidade, onde a estimativa é de quarenta a sessenta dias para a obtenção da ata vigente. Inteirou, ainda, que, na semana entre os dias 16 a 20 de agosto, o FNDE promoverá uma série de webinars para orientações sobre políticas públicas e programas educacionais, cujo objetivo é a capacitação de prefeitos, secretários de educação, técnicos educacionais e comunidade escolar, para que tenham acesso aos programas e ações educacionais. Passada a palavra ao representante da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, o senhor Luiz Alberto Rocha de Lira noticiou aos participantes acerca do desbloqueio do orçamento para dar sustentabilidade às bolsas do Pibid e Residência da educação básica ressaltando, como ponto de atenção, conforme já colocado, a questão da recomposição orçamentária. Além disso, informou que está em finalização o edital dos ingressos de matrículas do Sistema Universidade Aberta do Brasil, compondo certa de 120 mil vagas deferidas. Em continuidade, a senhora Vivian da UNDIME, após verificação interna, informou que não recebeu a formalização do MEC quanto à relação de dirigentes que ainda não foram cadastrados ou estão com seus dados desatualizados no FNDE. Para tanto, a Coordenadora de Programa, Senhora Renata Costa Cabral informou que dará um retorno a respeito. Findadas as explanações, o Diretor Dilermando informou que, caso os integrantes queiram apresentar temas relevantes ou experiências exitosas, com foco na volta às aulas presenciais, nas reuniões do COE, que sejam encaminhados à senhora Coordenadora Renata Cabral. Nada mais havendo a tratar, o Diretor Dilermando, agradeceu aos presents, sendo encerrada a reunião. Eu, Joana D’ arc Marins

de Almeida, servidora lotada na Secretaria-Executiva do Ministério da Educação, lavrei a presente ata, que será assinada por mim.